

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA
AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Débora Marques Laux

00237259

*“Assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares e indígenas no município
de Barra do Ribeiro - RS”*

PORTO ALEGRE

2018

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE AGRONOMIA**

AGR99006 - DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO

Débora Marques Laux

00237259

*“Assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares e indígenas no município
de Barra do Ribeiro - RS”*

Supervisor de campo do Estágio: M.^a Eng. Agr. Bárbara Maciel Getz

Orientador Acadêmico do Estágio: Prof. Dr. Alberto Bracagioli Neto

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Prof. Alberto Vasconcellos Inda Junior (Departamento de Solos)

Prof. Alexandre de Mello Kessler (Departamento de Zootecnia)

Prof^a. Carla Andrea Delatorre (Departamento de Plantas de Lavoura)

Prof^a.Catarine Markus (Departamento de Plantas de Lavoura)

Prof. José Antonio Martinelli (Departamento de Fitossanidade)

Prof^a. Lúcia Brandão Franke (Departamento de Plantas Forrageiras e Agrometeorologia) –

Coordenadora

Prof^a. Magnólia da Silva (Departamento de Horticultura e Silvicultura)

Prof. Pedro Alberto Selbach (Departamento de Solos)

PORTO ALEGRE

2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela realização deste sonho, pela minha família e amigos e por ter me dado saúde e força para vencer as dificuldades.

Aos meus pais Valmir e Helena por estarem comigo em todos os momentos caminhando ao meu lado e pelo apoio incondicional na realização deste sonho. Sem vocês eu não teria vencido essa etapa. À minha irmã Daniele por ser meu exemplo e estar sempre ao meu lado. Ao meu irmão Denis, por me auxiliar nas dificuldades.

Ao meu namorado Guilherme, por estar comigo desde o início nessa caminhada, pelo amor, companheirismo e dedicação.

Agradeço a esta Universidade pelas amizades que construí que levarei eternamente em meu coração. Aos amigos que aqui conheci obrigado pelo apoio e pela torcida.

Ao meu orientador de estágio Alberto Bracagioli Neto, por estar sempre disposto a me auxiliar e atender aos meus questionamentos, apoiando e transmitindo o seu conhecimento. Além disso, agradeço por ter tido a oportunidade de tê-lo como meu professor, mostrando-me que existem pessoas de bom coração.

Aos funcionários do escritório da EMATER/RS – ASCAR de Barra do Ribeiro por me tratarem de igual para igual, pela dedicação e por não medirem esforços para me transmitir seu conhecimento, mesmo nos momentos de árduas tarefas.

A todos os Professores desta casa que contribuíram repassando um pouco do seu conhecimento na construção do meu.

RESUMO

Este relatório discorre sobre as atividades realizadas no estágio curricular obrigatório realizado no escritório municipal de Barra do Ribeiro da EMATER/ASCAR-RS, no período de 02 de janeiro de 2018 a 28 de fevereiro de 2018. A realização deste estágio teve como objetivo principal o acompanhamento de forma participativa da atuação dos técnicos da empresa Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ASCAR-RS na região de Barra do Ribeiro, bem como auxiliar na organização e cumprimento de tarefas junto aos agricultores familiares e indígenas. Além disso, conhecer a realidade dos produtores rurais na região de Barra do Ribeiro/RS. As principais atividades realizadas foram visitas técnicas para assistência aos produtores familiares da região, desenvolvimento de atividades para realização dos programas de governo como o PBSM Indígena (Plano Brasil sem Miséria Indígena), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O estágio possibilitou o confronto do conhecimento técnico com a realidade do profissional Engenheiro Agrônomo, quando este se encontra na situação de extensionista, com o papel de compartilhar conhecimentos e ajudar as pessoas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de integrantes, conforme categorias de idade, atendidos pelas ações da EMATER/ASCAR em Barra do Ribeiro-RS, em 2018.....	12
Tabela 2 - Número de integrantes, conforme o gênero, atendidos pelas ações da EMATER/ASCAR em Barra do Ribeiro-RS, em 2018.....	13
Tabela 3 - Público alvo atendido pelas ações da EMATER/ASCAR em Barra do Ribeiro-RS, em 2018.	13

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização da cidade de Barra do Ribeiro	9
Figura 2 - O caminho da inclusão produtiva para quem hoje vive na miséria.	17
Figura 3 - (A) Biodigestor em funcionamento na cidade de Parobé/RS; (B) Roda de conversa para apresentação dos produtores.	21
Figura 4 - (A) Autor realizando marcação da coordenada geográfica de lavoura de mandioca de produtor CEASEIRO. (B) Lavoura de batata-doce de produtor CEASEIRO. ...	23
Figura 5 - (A) Reunião inicial do encontro para o encerramento da Chamada Pública da Agroecologia. (B) Momento de troca-troca de sementes realizado na reunião.	25
Figura 6 - Autor coletando dados de indígena para emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF.).....	26
Figura 7 - Feira do produtor rural e do artesanato indígena.	27
Figura 8 - (A) Rótulo desenvolvido para agroindústria para batata doce fatiada; (B) Rótulo desenvolvido para batata doce em palito.	28

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DA CIDADE DE BARRA DO RIBEIRO	9
2.1	Caracterização geográfica	9
2.2	Caracterização climática	10
2.3	Caracterização do solo da região	10
2.4	Caracterização socioeconômica	10
3	CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	11
3.1	Caracterização da EMATER-RS/ASCAR	11
3.2	Caracterização do escritório municipal de Barra do Ribeiro	12
4	REFERENCIAL TEÓRICO	13
4.1	A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil	13
4.2	O povo Mbyá Guarani e a agricultura	15
4.3	O Plano Brasil Sem Miséria e o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá Guarani	16
5	ATIVIDADES REALIZADAS	19
5.1	Atividades a campo	20
5.1.1	<i>Visitas técnicas aos agricultores</i>	20
5.1.2	<i>Visitas para convite de reuniões</i>	20
5.1.3	<i>Visita a biodigestor</i>	21
5.2	Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar	22
5.3	Vistorias a lavouras de batata-doce, mandioca e hortaliças	23
5.4	Participação no encerramento da Chamada Pública da Agroecologia	24
5.5	Atividades realizadas com os indígenas	25
5.6	Outras atividades	26
6	DISCUSSÃO	28
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho será apresentada a extensão rural realizada pela equipe do escritório da EMATER/ASCAR – RS (Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) no município de Barra do Ribeiro, abordando a extensão rural voltada para agricultores familiares às comunidades indígenas do município.

A alternativa do local se deu devido à possibilidade de trabalhar próximo à comunidade e de conhecer a realidade em que estão inseridos os produtores e técnicos da região de Barra do Ribeiro. Na região, são produzidos principalmente arroz irrigado, batata-doce, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão, milho, soja e tomate como lavouras temporárias e caqui, goiaba, laranja, limão, noz, pera, pêssigo, tangerina e uva como lavouras permanentes. A diversidade da produção agropecuária no município permite explorar os diferentes segmentos do conhecimento da área agrônômica.

O tema para realização do estágio se deve à importância da extensão rural desenvolvida com os agricultores. A extensão rural age de forma a melhorar a qualidade de vida e do bem-estar das famílias dos agricultores e é uma ferramenta de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades e dos produtores onde os técnicos atuam.

O serviço de extensão rural mantém relações de cooperação com órgãos governamentais, particulares e organizações que têm interesses no setor agropecuário (PEIXOTO, 2008). Além disso, a assistência técnica é uma atividade de cooperação entre o técnico representante e a comunidade carente na tentativa de inserção de novas técnicas e conhecimentos na realidade e perspectivas do produtor.

A realização do estágio na EMATER - RS se deve a instituição ser referência de qualidade em atividades de extensão rural. A instituição promove contato profissional com a extensão rural e também o contato direto com produtores rurais possibilitando a vivência da profissão de Engenheiro Agrônomo. O estágio foi realizado no período de 02 de janeiro a 28 de fevereiro de 2018, totalizando 300 horas. Objetivou-se acompanhar as atividades da Engenheira Agrônoma do Escritório do Município de Barra do Ribeiro, auxiliando na promoção das atividades realizadas pela Instituição, atendendo a agricultores familiares e indígenas que produzem batata doce, olerícolas, milho, arroz, feijão e mandioca e participar da execução de políticas públicas como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Por fim, este relatório inicia com a caracterização do meio físico e socioeconômico da cidade de Barra do Ribeiro, seguido de um breve referencial teórico sobre o assunto principal do relatório, atividades realizadas durante o período de estágio, discussão e conclusões.

2 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO E SOCIOECONÔMICO DA CIDADE DE BARRA DO RIBEIRO

2.1 Caracterização geográfica

O município de Barra do Ribeiro está inserido na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre e na microrregião Camaquã (IBGE,1990). Localiza-se a uma latitude 30°18'45" sul e a uma longitude 51°18'45" oeste, estando a uma altitude de 5 metros (WERLANG; TRAININI, 2016). Distancia-se da capital Porto Alegre em aproximadamente 56 km, sendo que as estradas de acesso (BR 116 e RS 709) estão em boas condições e feitas em asfalto de forma que essa distância pode ser percorrida em aproximadamente quarenta e cinco minutos. Possui área territorial num total de 728,948 km² (IBGE, 2018). Faz divisa com os municípios de Tapes, Sentinela do Sul, Sertão Santana, Mariana Pimentel, Guaíba e é banhada pelo Rio Guaíba. (IBGE, 2018).

Figura 1- Localização da cidade de Barra do Ribeiro



Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006

2.2 Caracterização climática

Segundo Kuinchtner e Buriol (2001) a maior parte do estado do Rio Grande do Sul apresenta clima “Cfa”, segundo escala de KÖEPPEN (1948), onde “C” caracteriza clima temperado; “f” caracteriza clima úmido; e “a”, presença de verões quentes, com temperaturas do mês mais quente superior a 22°C.

Conforme Werlang e Trainini (2016) o clima subtropical possui as quatro estações bem definidas e distribuição regular da precipitação durante o ano. Ainda segundo os autores o município de Barra do Ribeiro possui temperatura média de 22°C e precipitação média anual de 1.220 mm.

2.3 Caracterização do solo da região

Segundo Streck et al. (2008) os solos do município de Barra do Ribeiro são de três tipos: Planossolo Háptico Eutrófico, Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico e Neossolo Flúvico eutrófico ou distrófico. O solo característico da microrregião Camaquã, segundo Streck et al. (2008), é o Argissolo Vermelho-Amarelo Distrófico que são solos predominantemente arenosos e pobres em matéria orgânica. São solos constituídos por material mineral e apresentam horizonte B textural imediatamente abaixo do A ou E e possuem saturação por bases < 50 %. As principais restrições são relacionadas à fertilidade, em alguns casos, e susceptibilidade à erosão (EMBRAPA-SPI, 2006). São solos aptos para a produção de culturas anuais, mas com sérias restrições pela fertilidade natural e muito baixa capacidade de retenção de umidade (BRASIL, 1973).

2.4 Caracterização socioeconômica

O município de Barra do Ribeiro possui população de 13 179 habitantes (FEE, 2018) e destes 26,1% residem na zona rural. Possui densidade demográfica de 17,25 hab/km², coeficiente de mortalidade infantil de 16,63 mortes para cada mil nascidos vivos, PIB (Produto Interno Bruto) Per Capita de R\$ 22.273,01, com salário médio mensal dos trabalhadores formais de dois salários mínimos (IBGE, 2010). Possui expectativa de vida ao nascer de 74,32 anos (FEE, 2018). O índice de desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,670 (IBGE, 2010). Trata-se de um município caracterizado economicamente pela produção agropecuária e prestação de serviços.

Segundo os dados preliminares do censo agropecuário de 2016 o município possui áreas de produção de arroz irrigado, batata-doce, feijão, fumo, mandioca, melancia, melão, milho, soja e tomate como lavouras temporárias e caqui, goiaba, laranja, limão, noz, pera, pêssigo, tangerina e uva como lavouras permanentes e ainda possui áreas com produção de eucalipto. A produção animal mais expressiva no município é a de bovinos.

3 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

3.1 Caracterização da EMATER-RS/ASCAR

A EMATER/R-ASCAR (Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural) é a principal instituição de assistência técnica e extensão rural do Rio Grande do Sul, tendo suas atividades vinculadas às famílias rurais, que busca desenvolver o meio rural através da aplicação de técnicas de produção, agregação de valor aos produtos e valorização dos produtores. Existe como uma organização sem fins lucrativos e filantrópica. Atua em convênio com o governo federal, estadual e com as prefeituras municipais. Tem como principal missão a promoção do desenvolvimento rural sustentável no estado do Rio Grande do Sul e objetiva ser referência na prestação de serviços de assistência técnica, extensão rural e social, classificação e certificação de produtos agropecuários (EMATER/R-ASCAR, 2018).

Em 1977, depois da criação da EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), a EMATER foi criada no RS incorporando a ASCAR/R-ASCAR à EMATER/R-ASCAR. Em 1980 quando foi decidido pelo não fechamento da ASCAR/R-ASCAR foi estabelecido um Protocolo Conjunto com a EMATER/R-ASCAR articulando as atividades das duas entidades, que passariam a desenvolver suas atividades de forma solidária e justaposta. (EMATER/R-ASCAR, 2006).

A EMATER/R-ASCAR atende aproximadamente 250 mil famílias no estado do Rio Grande do Sul com públicos diversos como agricultores familiares, indígenas, pescadores, quilombolas e assentados da reforma agrária. A EMATER é constituída por um escritório central, 12 escritórios regionais e 480 escritórios municipais (EMATER/R-ASCAR, 2018).

3.2 Caracterização do escritório municipal de Barra do Ribeiro

O Escritório Municipal de Barra do Ribeiro pertence ao Regional Porto Alegre e está localizado no centro da cidade. Realiza visitas técnicas às propriedades, visando orientar sobre práticas necessárias às diferentes culturas, incentivando a produção a pequenos produtores e a indígenas. Conta com três profissionais sendo eles um chefe de escritório e extensionista rural - Nadir Teresinha Feijó, uma extensionista rural engenheira agrônoma - Bárbara Maciel Getz e um extensionista rural zootecnista - Luís Fernando Castro.

Juntos atendem 542 pessoas (Tabelas 1 e 2) que compõem 299 famílias (Tabela 3), tendo suas ações direcionadas a agricultores familiares, indígenas, pecuaristas familiares e pescadores artesanais. Esses funcionários possuem atividades voltadas à assistência técnica de produção e buscam contribuir para promoção de processos rurais de gestão, com ações de assessoramento que visam a inclusão social e produtiva. Objetivam dar conta de proporcionar melhorias da qualidade de vida e melhoria do bem-estar dos agricultores, através de atividades capazes de aumentar a renda e mantê-los na propriedade. Além disso, trabalham com as cinco agroindústrias do município (EMATER/RS-ASCAR Barra do Ribeiro, 2018).

Com relação aos povos tradicionais, são atendidas cinco aldeias Mbyá Guarani: Aldeia Nhu'u Poty (Passo Grande), Aldeia Ka'aguy Porã (Granja Nova), Aldeia Tekoa Porã (Coxilha da Cruz), Aldeia Guapoy (Douradilho) e Aldeia Yvy Poty (Douradilho). A EMATER/ASCAR Barra do Ribeiro atende 82 famílias (Tabela 3) distribuídas nas aldeias.

Quanto aos pescadores, são atendidas oito famílias consideradas profissionais na pesca artesanal que exercem sua função de forma autônoma, individual ou em regime de economia familiar; estas famílias estão situadas as margens do Rio Guaíba. Formam um grupo de pescadores que são associados às colônias Z4 - Colônia de Pescadores de Itapuã e Z5 – Colônia de Pescadores da Ilha da Pintada.

Tabela 1 - Número de integrantes, conforme categorias de idade, atendidos pelas ações da EMATER/ASCAR em Barra do Ribeiro-RS, em 2018.

Categorias	Número de Integrantes
Adulto	212
Criança	117
Jovem	111
Idoso	102
Total	542

Fonte: Escritório Municipal EMATER/ARCAR Barra do Ribeiro-RS, 2018.

Tabela 2 - Número de integrantes, conforme o gênero, atendidos pelas ações da EMATER/ASCAR em Barra do Ribeiro-RS, em 2018.

Categorias	Número de Integrantes
Homem	236
Mulher	306

Fonte: Escritório Municipal EMATER/ARCAR Barra do Ribeiro-RS, 2018.

Tabela 3 - Público alvo atendido pelas ações da EMATER/ASCAR em Barra do Ribeiro-RS, em 2018.

Categorias	Número de famílias
Agricultura Familiar de Mercado	154
Agricultura Familiar de Sobrevivência	2
Agricultura Familiar de Subsistência	40
Agroindústrias	5
Indígenas	82
Pecuarista Familiar	8
Pescador Artesanal	8
Total	299

Fonte: Escritório Municipal EMATER/ARCAR Barra do Ribeiro-RS, 2018.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Consideramos no marco teórico os aspectos referentes ao trabalho da extensão rural, sua trajetória e principais características. Posteriormente desenvolvemos a especificidade do trabalho de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) com populações indígenas. Este público nem sempre foi “alvo” das políticas públicas de extensão rural, porém contemporaneamente tem sido parte da população atendida e que demanda atividades de caráter social, cultural e socioprodutivo.

4.1 A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil

A Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER foram iniciados, no país, no final da década de 1940, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural através de práticas agrícolas modernas inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país (BRASIL, 2007).

A extensão rural nasceu no Brasil com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura aqui existente. Para isto, havia a necessidade de “educar” os

produtores rurais para que se passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados. A partir disso o produtor sairia do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento (LISITA, 2005). O desenvolvimento da extensão rural, e, portanto, da ATER no Brasil e no Rio Grande do Sul-RS, transcorreu paralelamente às políticas nacionais de crédito, pesquisa e ensino (BRASIL, 2007). No RS isso se deu pela fundação, em 1955, da ASCAR e mais tarde, em 1977, da EMATER. Ambas trabalham, em conjunto, como empresa oficial de ATER até os dias atuais (EMATER/RS - ASCAR, 2006).

O termo “extensão rural” é difícil de ser definido pois envolve inúmeros objetivos e diferentes meios de conseguir atingi-los. Peixoto (2008) propõe que o termo “extensão rural” pode ser definido de três formas: processo, instituição e política pública. O processo, diz que a extensão rural significa levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao público rural, ou seja, processo educativo. Quando instituição/organização propõe que neste caso o termo extensão rural significa instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de ATER nos estados. Já o termo de extensão rural definida como política pública refere-se às políticas de extensão rural traçadas pelos governos federal, estadual ou municipal ao longo do tempo. O autor também conclui que extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, o que gera a diferença entre os conceitos de assistência técnica e extensão rural, pois a assistência técnica não possui caráter educativo, mas visa resolver problemas específicos e pontuais, sem capacitar o produtor rural.

Entre os objetivos da extensão rural estão contribuir para a melhoria da renda, da segurança alimentar e da diversificação da produção; potencializar processos de inclusão social e de fortalecimento da cidadania; estimular a produção de alimentos saudáveis e de melhor qualidade biológica; desenvolver ações que levem à conservação e recuperação dos ecossistemas e ao manejo sustentável dos agroecossistemas, visando assegurar que os processos produtivos agrícolas e não agrícolas evitem danos ao meio ambiente e riscos à saúde humana e animal; promover a valorização do conhecimento e do saber local e apoiar os agricultores familiares e demais públicos da extensão rural, no resgate de saberes capazes de servir como ponto de partida para ações transformadoras da realidade (BRASIL, 2007).

A extensão rural, ao longo da sua trajetória, teve diversas mudanças em termos de prioridades, público e estrutura. Mais recentemente tem havido uma série de políticas públicas que têm sido atendidas pelo sistema de extensão rural. No Rio Grande do Sul a assistência técnica e extensão rural mantém sua estrutura de funcionamento em boas condições,

principalmente quando comparado com outros estados. Com base nesta composição e estrutura tem buscado atender públicos diversos. Como nosso trabalho teve ênfase em atividades realizadas com comunidades indígenas iremos desenvolver alguns aspectos no próximo item.

4.2 O povo Mbyá Guarani e a agricultura

Os Mbyá Guarani que habitam a Planície Costeira Interna e a Encosta do Sudeste entre os municípios de Guaíba e Pelotas, fazem parte de um povo que ocupa um território mais amplo que é atravessado pelas fronteiras nacionais de países sul americanos. O termo Mbyá é uma classificação étnica, linguística e sociocultural dentro de um grande grupo Guarani e é utilizado por eles para se diferenciarem dos não indígenas e de outros indígenas para se reconhecerem entre si (DNIT, 2014).

Os povos Mbyá Guarani se estruturam do ponto de vista social, econômico, político e cultural, através da movimentação dos indivíduos e famílias por várias localidades (LADEIRA, 2001 *apud* FELIPIM, 2001).

Apesar da existência de uma “aculturação” progressiva vivida pelos Mbyá Guarani, entre as atividades tradicionais de subsistência permanece a agricultura (SCHADEN, 1974; *apud* FELIPIM, 2001). A atividade da agricultura pode ser observada mesmo com a indisponibilidade de terras, os Guaranis seguem cultivando as mesmas plantas que detinham seus ancestrais históricos, mesmo que em escalas menores (SCHADEN, 1974; CADOGAN, 1959 *apud* FELIPIM, 2001). Eles podem assim, ser considerados guardiões de seus cultivares tradicionais – e detentores de saberes associados – mesmo quando comprovado do ponto de vista técnico, que poderiam haver outras técnicas para serem utilizadas para o aumento das produtividades. Os guaranis demarcam suas diferenças em relação ao “sistema do branco” (SOARES, 2013).

As práticas agrícolas dos Mbyá Guarani estão diretamente relacionadas com outras atividades cotidianas das aldeias. O sentido da agricultura não se restringe ao econômico-alimentar, mas é permeado por conceitos e valores relacionados à própria pessoa Mbyá. Os alimentos produzidos na agricultura são também utilizados no âmbito do xamanismo. Os Mbyá Guarani encontram-se dentre os povos que elaboram estratégias diversas para a sua continuidade sociocultural (DNIT, 2014).

O ato de plantar vai além do produto ser fonte de obtenção de alimento, mas uma estratégia de garantia da reprodução e da manutenção de sementes tradicionais. Mesmo

quando “colocado” em áreas pequenas, limitadas e inadequadas, ainda é bastante comum a preservação dessas áreas com cobertura vegetal, através da redução na abertura de novas áreas, o que acaba resultando na intensificação do plantio de culturas num mesmo local (SOARES, 2013). Com a ocupação dos não indígenas nos lugares em que estavam resguardados para viverem, na segunda metade do século XX os Mbyá Guarani reaparecem em lugares antigamente ocupados por seus ancestrais, agora em condições precárias, como as beiras das estradas. Contudo, as dificuldades não impediram a continuidade do seu modo de vida. Nas margens da sociedade envolvente, homens, mulheres, crianças, jovens seguem cultivando suas roças, preservando sua língua, suas relações de parentesco, suas formas de conceber e viver no mundo (DNIT, 2014).

Acredita-se que hoje vivam aproximadamente 7.000 indígenas Mbyá Guarani no território nacional, nos estados do Espírito Santo, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Tocantins, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo (AZEVEDO et al., 2008).

4.3 O Plano Brasil Sem Miséria e o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá Guarani.

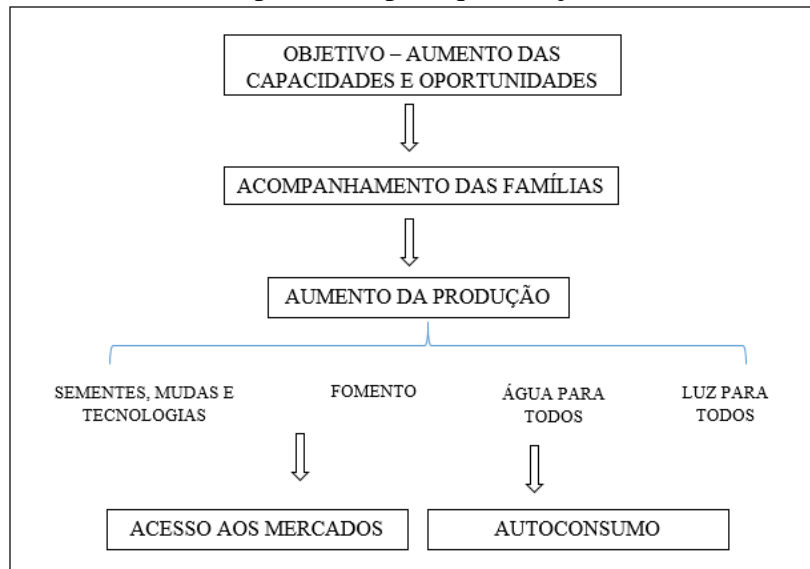
O PBSM – (Plano Brasil sem Miséria) foi instituído pelo Decreto nº 7.492, de 02 de junho de 2011. Foi desenvolvido para agir no combate à extrema pobreza no país que se manifesta não somente em falta de dinheiro, mas também em segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e melhora da inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2011).

O Plano Brasil Sem Miséria busca elevar a renda per capita, ampliar e propiciar o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços públicos e a oportunidades de ocupação e renda por meio de ações de inclusão produtiva (BRASIL, 2018). As diretrizes que norteiam o plano são: garantia dos direitos sociais, de acesso aos serviços públicos e a oportunidades de ocupação e renda; articulação de ações de garantia de renda com ações voltadas à melhoria das condições de vida da população extremamente pobre, de forma a considerar a multidimensionalidade da situação de pobreza; e atuação transparente, democrática e integrada dos órgãos da administração pública federal com os governos estaduais, distrital e municipais e com a sociedade (BRASIL, 2011).

Por meio das ações do programa, as famílias rurais em situação de pobreza começam a se inserir nas dinâmicas econômicas territoriais, pois tem acesso aos programas de transferência de renda, podendo ampliar a infraestrutura da sua propriedade e aumentam a

probabilidade de produzir excedentes e alcançar o mercado de vendas, elevando a sua renda, sendo assim, as ações para inclusão produtiva buscam possibilitar que as famílias alcancem a inclusão socioeconômica (Figura 2) (BRASIL, 2018).

Figura 2 - O caminho da inclusão produtiva para quem hoje vive na miséria.



Fonte: Adaptado de BRASIL (2010)

O programa de fomento às atividades produtivas rurais é um recurso financeiro que pode ser utilizado para estruturar a produção de mulheres e homens agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos e comunidades tradicionais, remanescentes das comunidades de quilombos e povos indígenas que se encontrem em situação de extrema pobreza (BRASIL, 2010). Funciona de forma que são transferidos até R\$ 2.400,00, pelo cartão do Bolsa Família ou cartão do cidadão, em três parcelas, em até dois anos. Esse valor deve ser utilizado para colocar em prática um projeto de estruturação produtiva da unidade familiar de produção, elaborado em conjunto com o técnico de ATER que acompanha a família. O recurso deve ser direcionado para as atividades que compõem o projeto, de forma a assegurar e ampliar a produção e também garantir a continuidade da participação da família no programa (BRASIL, 2010).

No Rio Grande do Sul, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR, tem a EMATER/RS - ASCAR como executora do Fomento/PBSM, a partir de projetos de inclusão produtiva e da assistência técnica e social às famílias em situação de extrema pobreza (PEREIRA; VARGAS, 2014), caracterizando-se como um programa destinado ao desenvolvimento da ATER com os indígenas no país.

O programa é destinado a famílias com renda per capita de até R\$77,00 (setenta e sete reais) mensais, portadoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais (CAD ÚNICO) (BRASIL, 2010).

Já o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá Guarani com responsabilidade do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) é composto por um conjunto de Subprogramas que tem a finalidade de mitigar e compensar os impactos negativos da duplicação da BR 116 no trecho entre Guaíba e Pelotas, e vem sendo executado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU, que agem em conjunto com as comunidades Mbyá Guarani, articuladas como Comitê Gestor. O programa tem objetivo geral de mitigar e compensar os impactos do empreendimento, cumprindo as determinações do que estabelece a legislação brasileira. Em 2012, foi assinado um contrato entre o DNIT e a FAPEU, que assumiu a função de executar o programa, iniciando as atividades no mesmo ano (DNIT, 2014).

Este programa parte da caracterização de impactos, proposição de medidas e diretrizes apontadas no Estudo de Impactos Ambientais. O estudo foi dividido nos seguintes subprogramas: Articulação de lideranças e Organizações Mbyá Guarani, Fundiário, Gestão Territorial e Ambiental Mbyá Guarani, Apoio às Atividades Produtivas, Casas de Artesanato e Centros Culturais, Reestruturação dos Núcleos Habitacionais, Apoio às Comunidades Mbyá-Guarani na Fase de instalação e Comunicação.

O subprograma de Articulação de Lideranças e Organizações visa proporcionar condições para o acompanhamento indígena das ações relacionadas com o empreendimento. A participação indígena em um subprograma específico visa a mitigação e compensação dos impactos que podem causar outro conjunto de impactos se não for conduzido em sintonia com os anseios dos indígenas (DNIT, 2014)

Gestão Territorial e Ambiental trata de ações de restauração e enriquecimento ambiental nas áreas indicadas pelas comunidades. A restauração de áreas degradadas é um desafio para os povos indígenas que tiveram seu território tradicional ocupado e impactado pelas mais diversas atividades. Para o Mbyá Guarani, o manejo nesse sentido tem sérias implicações, dada a relação cosmológica que possuem com as espécies e ambientes. O manejo envolve um profundo conhecimento sobre a sucessão ecológica da floresta. Para eles, este processo é regido por uma dinâmica espiritual/natural. O subprograma tem como objetivo desenvolver capacidades de lideranças e representantes guaranis para a elaboração e utilização de instrumentos de gestão territorial e ambiental nas terras indígenas e entorno (DNIT, 2014)

O Subprograma fundiário tem como objetivo a aquisição de terras para as comunidades atingidas pelo empreendimento, totalizando 800 ha para as aldeias que viviam no trecho Guaíba – Pelotas. O Apoio às Atividades consiste em analisar os solos e a circulação de água, realizar intervenções para melhorar o processo produtivo, oferecer suporte material para às práticas agrícolas. O subprograma Casas de Artesanato e Centros Culturais trata da construção de edificações, ambiências e infraestrutura adequada para o desenvolvimento de práticas sociais, econômicas e culturais. A reestruturação dos Núcleos Habitacionais busca proporcionar condições para que as famílias guaranis possam se instalar nas áreas viabilizadas pelo subprograma Fundiário (DNIT, 2014)

De acordo com relatos de algumas lideranças do subprograma Articulação de Lideranças e Organizações, o trabalho com essas associações é um jeito criado pelo “juruá” (homem não indígena), que na verdade parece muito com o jeito de o Mbyá trabalhar, pois precisa da união de pessoas para as coisas funcionarem e essa união promove o fortalecimento das comunidades. Para o cacique Santiago, da aldeia Yvy Poty em Barra do Ribeiro, a única diferença que existe no trabalho com associações é que para ter o reconhecimento o “juruá” precisa de papel (DNIT, 2014)

Por fim, tanto o Plano Brasil Sem Miséria quanto o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá Guarani são projetos característicos e destinados ao desenvolvimento da ATER indígena no país. Cada um com suas particularidades: o PBSM com fomento de R\$ 2400,00 para a família indígena definir no que pretende investir o dinheiro contando com o auxílio do extensionista para realizar o projeto e o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá Guarani onde o investimento é realizado com base nas decisões de um Comitê Gestor, pensando na comunidade indígena em si, não somente em relação a famílias específicas que compõem a comunidade. No próximo item a ser discorrido, trataremos sobre as atividades realizadas no período de estágio.

5 ATIVIDADES REALIZADAS

Durante a realização do estágio foram acompanhadas atividades de caráter técnico produtivo e de caráter social desenvolvidas pelos extensionistas do escritório municipal da EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), em Barra do Ribeiro. A seguir, são descritas de forma não cronológica as principais atividades efetuadas durante o período de 02 de janeiro a 28 de fevereiro de 2018.

5.1 Atividades a campo

As atividades realizadas a campo foram compostas por visitas técnicas em algumas propriedades rurais assistidas com a finalidade de orientar os agricultores nas atividades em que estavam inseridos, visitas para convite de reuniões e visita demonstrativa em outro município para visualização de biodigestor.

5.1.1 Visitas técnicas aos agricultores

Foram acompanhadas as visitas técnicas realizadas pela equipe de técnicos a fim de atuar nas diferentes áreas de produção das propriedades rurais assistidas e auxiliar os produtores para melhorar ou ao menos facilitar as etapas do processo de produção nas propriedades e até mesmo elucidar dúvidas existentes ou identificação de doenças.

As visitas técnicas foram realizadas individualmente na propriedade dos agricultores para diagnóstico da situação ou para resolução de problemas específicos. A maioria das dúvidas dos produtores era com doenças de plantas ou controle de pragas e insetos ou dificuldade de produção.

Os técnicos sempre tomavam cuidado para alertar aos produtores convencionais do uso correto dos EPI's (Equipamento de Proteção Individual) bem como a leitura da bula, a utilização das doses indicadas pelo produto e o correto diagnóstico do problema. Além disso, buscavam dar alternativas para a utilização de produtos naturais para solução de problemas.

As principais atividades dos produtores visitados eram produção de hortícolas, batata-doce, mandioca e arroz irrigado. O principal mercado desses produtores é a venda na CEASA (Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul), atendimento as demandas do PNAE (Programa Nacional de Alimentação escolar) e ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

5.1.2 Visitas para convite de reuniões

Foram realizadas diversas visitas as propriedades de grupos específicos de produtores para realização de convites para comparecerem nas reuniões e atividades ofertadas pela EMATER do município ou com parceria da prefeitura municipal.

Foram realizadas entregas de convites nas casas dos produtores para reunião do COMAGRO (Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário) pois seria realizada a

eleição de diretoria do Conselho. A entrega foi feita em mãos pois havia a necessidade de o Conselho Municipal ser reforçado na quantidade de número de produtores envolvidos, pois são nas reuniões dessa entidade que são decididas as compras feitas para a patrulha agrícola do município bem como todas as outras questões que são de interesse dos produtores. Também foram entregues em outra oportunidade convite especial para a reunião de encerramento da Chamada Pública da Agroecologia para as 33 famílias de produtores que participavam das atividades.

Apesar do sistema de visitas ser oneroso e leva uma significativa demanda de tempo ainda tem sido utilizado com frequência, tendo em vista que o contato direto é mais efetivo para participação dos envolvidos e o fato de que a emissora de rádio muito utilizada como comunicação no meio rural não é captada em boa parte do município.

5.1.3 Visita a biodigestor

Houve a possibilidade de acompanhar um dia de campo com um produtor ao município de Parobé com intuito de mostrar um modelo de biodigestor em funcionamento.

Houve interesse da parte do produtor para a construção do biodigestor pois ele possui problemas com o excesso de dejetos gerado pela produção de gado. Além disso, ele produz arroz irrigado e utiliza um motor com combustão a gás para realizar a irrigação na lavoura.

Figura 3 - (A) Biodigestor em funcionamento na cidade de Parobé/RS; (B) Roda de conversa para apresentação dos produtores.



Fonte: O autor

5.2 Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar

O município de Barra do Ribeiro deu início ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) no mês de março de 2018. Objetiva promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para isso, é feita a compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo. O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (BRASIL, 2018a).

O programa é uma das ações do governo federal para a inclusão produtiva rural das famílias mais pobres. A execução no município se realizará por compra com doação simultânea, para isso, foram realizadas visitas aos produtores inscritos para verificar o andamento da produção, e sanar dúvidas ainda existentes sobre como se procederiam as entregas, quantidades e pagamentos. Muitos produtores rurais apresentavam problemas para a realização da primeira entrega. Nessas visitas, foram reforçadas a importância do incremento na renda desses produtores com a implantação desse programa.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. Com a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser investido na compra de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades (BRASIL, 2018b).

Em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar durante o período de estágio foram realizadas conversas com os produtores cadastrados no programa para informar

as quantidades dos produtos que serão demandados pela prefeitura no transcorrer do ano letivo.

5.3 Vistorias a lavouras de batata-doce, mandioca e hortaliças

Foram realizadas diversas vistorias a lavouras de batata-doce, mandioca e hortaliças para verificar as coordenadas geográficas e área de produção do agricultor de modo que pudesse ser emitida a Declaração de Produção para o produtor ter acesso as bancadas de venda na CEASA (Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul). Essa declaração de produtor é emitida e deve conter os dados do produtor, da lavoura e as assinaturas da EMATER e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município.

Esse documento faz com que o acesso às bancadas de comércio de hortifrutigranjeiros seja mais restritivo, ou seja, possibilita que somente produtores tenham acesso às vendas. A partir da implantação desse sistema de Declaração de Produção com a assinatura dos representantes do município permitiu a venda direta do produtor para o consumidor, já que diminui o acesso dos atravessadores nas bancadas, e isso faz com que o produtor garanta que seus produtos sejam vendidos por preços melhores.

Figura 4 - (A) Autor realizando marcação da coordenada geográfica de lavoura de mandioca de produtor CEASEIRO. (B) Lavoura de batata-doce de produtor CEASEIRO.



Fonte: O autor.

5.4 Participação no encerramento da Chamada Pública da Agroecologia

Foi realizado durante o período de estágio o encerramento da Chamada Pública da Agroecologia, programa com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, executado pela EMATER/RS-ASCAR.

O Encerramento tratou de realizar a avaliação final do desenvolvimento das atividades da Chamada Pública Conjunta INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) /MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) da agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista realizadas durante os anos de 2015 a 2017.

Esta chamada pública visava incrementar, fortalecer e difundir os sistemas de produção agroecológicos, orgânicos e o agroextrativismo sustentável para as unidades familiares tendo como objetivo a segurança alimentar, a melhoria de renda capaz de produzir a autonomia econômica, social e organizativa, de forma a ampliar a inserção desses agricultores no mercado e ampliar a oferta de alimentos seguros para a sociedade (BRASIL, 2014).

No município de Barra do Ribeiro foram 33 famílias que participaram ativamente de todas as atividades promovidas pelo escritório. No dia do encerramento os agricultores estavam entusiasmados para realização da avaliação final não havendo dificuldades para identificar os pontos positivos e o que deveria melhorar. Todos foram capazes de apontar os pontos positivos e negativos durante os três anos das atividades. Relataram a importância dos encontros realizados para que eles pudessem mudar o seu modo de agir perante as situações do cotidiano, podendo assim diminuir o uso de agrotóxicos e diminuição da degradação ambiental. Além disso, referiram a necessidade da continuidade das ações governamentais para com a produção agroecológica para possibilitar que sejam realizadas atividades de modo mais ativo com os produtores interessados, já que muitos desses contavam que tinham interesse na produção orgânica/agroecológica, mas que só entenderam os princípios desse tipo de produção através das atividades realizadas na chamada pública.

A promoção da agroecologia, da produção orgânica e de alimentos saudáveis tem relação importante com a política de segurança alimentar e nutricional do país. A política nacional de agroecologia e produção orgânica é oportuna para a inclusão produtiva, para a valorização do jovem e da mulher e para a promoção da segurança e soberania alimentar (BRASIL, 2014).

Do ponto de vista metodológico a Chamada da Agroecologia buscava apoiar organizações que atuam na construção do conhecimento agroecológico, rompendo com a lógica do extensionismo difusionista que tem como base a ATER individual, em que os técnicos são os detentores do conhecimento e das soluções técnicas que serão transmitidas aos agricultores (BRASIL, 2014).

Figura 5 - (A) Reunião inicial do encontro para o encerramento da Chamada Pública da Agroecologia. (B) Momento de troca-troca de sementes realizado na reunião.



Fonte: O autor.

5.5 Atividades realizadas com os indígenas

Durante o estágio foi dado início ao programa PBSM o qual contemplaria 28 famílias da população indígena em extrema pobreza com renda Per Capita de no máximo R\$77,00 mensais. Com auxílio da Secretaria de Assistência Social do município foram pré-selecionadas as 28 famílias que seriam contempladas com o programa, pois há a necessidade da família estar inscrita no CADÚNICO (Cadastro Único de Programas Sociais). Para o programa PBSM foram realizadas reuniões nas cinco aldeias nas quais os técnicos explicaram para as famílias como funcionava o programa e também nesse momento foram realizadas as coletas dos dados dos componentes das famílias para confecção das DAP's (Declaração de Aptidão ao PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), documentação exigida para que as famílias pudessem ter acesso ao Programa. (Figura 6)

Figura 6 - Autor coletando dados de indígena para emissão de DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF.).



Fonte: O autor.

Foram também realizadas reuniões com os representantes do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá Guarani ofertado pelo DNIT responsável pela duplicação da BR 116 que afeta diretamente as comunidades indígenas da região.

5.6 Outras atividades

Durante o período de estágio foram organizadas pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural) duas feiras do produtor e artesanato indígena (Figura 7), uma realizada no mês de janeiro e outra no mês de fevereiro. No município essas feiras são esporádicas e realizadas somente através da EMATER, a estrutura é precária, pois o município não possui infraestrutura para realizar as feiras. No período da realização do estágio os produtores rurais detinham poucos produtos, e então decidiam continuar com a venda direta ao consumidor nas suas propriedades, sem precisar ter o custo com o deslocamento para o centro da cidade.

Figura 7 - Feira do produtor rural e do artesanato indígena.



Fonte: O autor.

Foram realizadas entrevistas com jovens que residem no interior sobre o interesse deles em permanecer na atividade agrícola devido a demanda enviada pelo Escritório Regional na qual realizou-se a entrevista com 8 jovens em diferentes localidades do município para verificar as características da sucessão agrícola.

O escritório da EMATER/RS – ASCAR em Barra do Ribeiro permanecia aberto das 8:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30 para o atendimento ao público. Entretanto, a demanda de assistência de propriedades rurais que necessitavam a visita dos técnicos era tamanha que dificilmente os extensionistas permaneciam por muitas horas no escritório. A permanência no escritório só se dava quando existiam demandas internas da instituição.

As atividades de escritório consistiam em reuniões semanais, no atendimento de produtores via telefone e também aos produtores que procuravam atendimento no escritório, além da organização de bancos de dados de produtores e seus produtos comercializados, e lançamento de dados e das atividades realizadas pelos técnicos no sistema interno da instituição.

Além disso, foi criado um rótulo para a agroindústria de mandioca e batata-doce (Figura 8) do município para que ele pudesse entregar um novo produto a uma rede de supermercados.

Figura 8 - (A) Rótulo desenvolvido para agroindústria para batata doce fatiada; (B) Rótulo desenvolvido para batata doce em palito.



Fonte: O autor

6 DISCUSSÃO

O trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de assessoramento socioassistencial realizados pela EMATER/ASCAR é de enorme importância. É através das atividades de ATER que se consegue obter a melhoria das condições de vida da população rural através de práticas agrícolas modernas, contribuir para a promoção de processos rurais de gestão, aumentar a inclusão social e produtiva e também para melhoria da renda, segurança alimentar e diversificação da alimentação das famílias de agricultores familiares, indígenas, pescadores, quilombolas e assentados da reforma agrária. Isso demonstra a imensidão e a multidisciplinariedade do trabalho do extensionista rural, além disso, mostra a necessidade de atualização e da manutenção da formação continuada do profissional.

A extensão rural vai muito além de um processo educativo, do saber e repassar informações. A arte do ensino se dá pela troca de informações, diálogo, comunicação e pelo aprendizado mútuo. O extensionista não precisa ser apenas um “informante” do saber, ou seja, não deve ser somente o paciente da ação. Ele pode, e deve intermediar conhecimentos e apropriar-se de conhecimentos transmitidos pelo produtor (FREIRE, 2013).

A população indígena Mbyá Guarani entende a agricultura não somente como fonte de alimento. Por possuírem uma visão além da produção, a visão espiritual, a introdução de novas tecnologias se torna um desafio. Muitos dos produtos cultivados, como o milho, não são alimentos que servem só para alimentar o corpo, mas também o espírito e são utilizados em muitos rituais. Para a construção da ATER indígena e a introdução de novas tecnologias no processo produtivo e realizar ações nessas comunidades, é necessário a existência de diálogo entre o extensionista e o Guarani.

Com a introdução dos povos indígenas no Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário e o ato de dar a voz aos indígenas perante a comunidade possibilitou que as terras dos indígenas começassem a serem trabalhadas com o maquinário da prefeitura de Barra do Ribeiro, fazendo com que as cinco aldeias localizadas no município entrassem no cronograma de utilização do maquinário da Patrulha Agrícola.

Além disso, as políticas públicas que têm sido atendidas pelo sistema de extensão rural, como o PBSM, são de importância incomparável, pois através delas, os extensionistas possuem a possibilidade de acessar a uma demanda de assistência técnica e extensão rural, a um público que até então não era prioritário nas ações de ATER e também não acessava recursos para a produção local de alimentos. Neste ano, em Barra do Ribeiro 28 famílias indígenas distribuídas nas aldeias do município terão acesso ao PBSM. Esse programa de fomento proporciona as famílias em situação de extrema pobreza fortalecer os vínculos entre os agentes de ATER e os agricultores e também, uma corresponsabilidade entre os mesmos.

O PBSM evolui de um método de ação difusionista, ou seja, transmissão de conhecimentos já adquiridos e evolui para uma ação participativa, que possibilita a interação entre os extensionistas e os agricultores/indígenas e a construção partilhada nos projetos produtivos que serão realizados na unidade. Com a introdução desse plano, fica claro que é preciso avançar na construção de projetos tanto em âmbito municipal como federal para que numa ação integrada de mobilização social se contemple os anseios daqueles que hoje vivem em situação de extrema pobreza. Através do estudo realizado sobre esse programa, fica clara a realidade da pobreza rural existente no nosso país, e entende-se a necessidade de novas ações sobre esse público.

Soares (2013) diz que para a construção da ATER indígena, deve haver o diálogo entre o indígena e o extensionista. Com base nessa frase dita pelo autor, podemos perceber que o Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Mbyá-Guarani com responsabilidade do DNIT busca realizar suas ações de ATER em conjunto com a comunidade indígena, ouvindo seus anseios e “criando” suas novas comunidades conforme suas necessidades sociais,

econômicas e culturais. Além disso, busca proporcionar a valorização do conhecimento e saberes dos antepassados, como o uso de plantas medicinais, auxilia na revitalização do conhecimento tradicional, valorizando a sabedoria indígena. A ação de ATER deve ser realizada de forma que não tente impor os conhecimentos, trocar os métodos de cultivo, mas sim, soma-los aos seus conhecimentos.

Podemos perceber que os ambientes de trabalho e de produção rural, bem como a extensão rural e assistência técnica diferem muito entre si e cada produtor possui sua particularidade, cabendo ao profissional saber se adequar. Por isso, a importância da formação continuada, ou seja, que o profissional siga se atualizando e buscando a informação após as graduações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do estágio obrigatório é, sem sombra de dúvida de grande importância no processo de graduação e para que haja uma interação entre o aluno e a realidade do profissional Engenheiro Agrônomo, pois mostra a realidade das propriedades rurais e promove a interação dos mais distintos temas e abordagens. O estágio oferece a chance de o aluno exercer e praticar os conhecimentos adquiridos na universidade de modo participativo e com orientação profissional qualificada, tornando uma experiência extremamente marcante.

O estágio na EMATER/ASCAR, ou seja, na área da Extensão Rural oferece a oportunidade de colocar o aluno em situações que diariamente são enfrentadas pelos extensionistas. A amplitude das atividades da extensão rural passa a ficar claro e mostra a enorme demanda de tempo e dedicação para a realização das demandas, demonstra a necessidade de uma formação diversificada e completa, pois envolve múltiplas vertentes abrangidas pela extensão rural, técnica, social e educacional.

A assistência técnica e Extensão Rural ao público indígena é complexa pois necessita ser construída de forma participativa e levando em conta a diversidade econômica, social, cultural e ambiental. Os públicos agem de forma diferente quando comparados os modos de produção, por isso, não se pode utilizar os mesmos paradigmas propostos aos agricultores familiares com a população indígena. O modelo de desenvolvimento indígena só é possível de ser construído com a participação dos atores sociais envolvidos. A intenção da ATER indígena não é mudar o modo de produção dos indígenas, mas sim incorporar novas técnicas para que possam obter maior rendimento econômico e de modo sustentável.

Por fim, é possível observar a necessidade e importância da ATER realizada, pois onde o técnico se faz presente, se dispõe a ouvir e ajudar a resolver os problemas e questionamentos do produtor, se cria um laço de amizade e confiança. Além disso, o extensionista deve estar atualizado e capacitado a lidar com as com novas tecnologias para que possam ser solucionadas as demandas dos produtores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, M. et al. GUARANI Retã: Povos Guarani na fronteira Argentina, Brasil e Paraguai. 2008. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/publications/gid00223.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BRASIL. Governo Federal. **Brasil Sem Miséria Rural**. Brasília, 2010. 25 slides, color. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/anexos/MDA_-_A_Pobreza_Rural_no_Brasil_-_Plano_Brasil_Sem_Miseria_e_Reforma_Agraria.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL - Ministério da Agricultura. **Levantamento de Reconhecimento dos Solos do Estado do Rio Grande do Sul**. Recife: Rio de Janeiro, 1973. 431 p.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Brasil sem Miséria Rota da Inclusão Produtiva Rural**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/bsm_no_campo/>. Acesso em: 09 set. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Chamada Pública Conjunta INCRA/MDA para Seleção de Entidades Executoras de Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção Da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista**. Brasília: 2014. 58 p. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/chamadas/chamada%20p%C3%ABblica%20agroecologia%2013%202013%202a%2020republica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Social. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Disponível em <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>>. Acesso em 06 set. 2018. (2018a).

BRASIL – Ministério da Educação. **Sobre o PNAE**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/programas-suplementares/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>>. Acesso em 06 set. 2018. (2018b).

BRASIL. Presidência da república. Decreto nº 7492, de 02 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. **Diário Oficial da União**, Brasília, 3/6/2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7492.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

DNIT. **Revista Mbyá**: Programa de Apoio às Comunidades indígenas Mbyá-Guarani BR 116/RS. Porto Alegre: FAPEU, 2014. 127 p.

EMATER/RS-ASCAR. **Marco Referencial para as Ações Sociais da EMATER/RS ASCAR**. 2. ed. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2006. 83 p. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/marco_referencial_outubro_2006.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2018.

EMATER/RS-ASCAR. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/a-emater/apresentacao.php#.W4a2dOhKjIU>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

EMBRAPA-SPI. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2. ed. – Rio de Janeiro, 2006.

FEE - Fundação de Economia e Estatística. **Perfil Socioeconômico do Município de Barra do Ribeiro**. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=Barra+do+Ribeiro>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

FELIPIM, A. P. **O sistema agrícola guarani mbyá e seus cultivares de milho: um estudo de caso na aldeia guarani da Ilha do Cardoso, município de Cananéia, SP**. 2001. 120 f. 31 Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, São Paulo, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 131 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE CIDADES**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/barra-do-ribeiro/panorama>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Resultados Preliminares - Censo Agro 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/temas/tema-76234/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=43&tema=76234>. Acesso em: 03 ago. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mapa exploratório de solos do Rio Grande do Sul**, 2018. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/informacoes_ambientais/pedologia/mapas/unidades_da_federacao/rs_pedologia.pdf>. Acesso em: 02 de agosto de 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DRB/Divisao%20regional_v01.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

KUINCHTNER, A.; BURIOL, G. A. Clima do Estado Do Rio Grande Do Sul Segundo a Classificação Climática de Köppen E Thornthwaite. **Disciplinarum Scientia: Série: Ciências Exatas**, Santa Maria, v.2, n.1, p.171-182, 2001.

LISITA, F. O. Considerações sobre a Extensão Rural no Brasil. **ADM – Artigo de Divulgação na Mídia**, Embrapa Pantanal, Corumbá – MS, n. 77, p. 1 – 3. abr. 2005.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – Uma Abordagem Histórica da Legislação**. 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

PEREIRA, Â.; VARGAS, D. L. **Programa Brasil sem miséria e as estratégias de comunicação e mobilização social: um olhar para a inclusão social e produtiva**. Cadernos de Comunicação - UFSM, Santa Maria, v. 18, n. 2, p.207-220, jul. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/ccomunicacao/article/viewFile/16152/10370>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

SOARES, M. de A.. **Contribuições para reflexão de uma ATER Indígena: fortalecimento do sistema cultural de coletivos Guarani no Rio Grande do Sul**. Resumos do VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS – 25 a 28/11/2013. Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 8, No. 2, Nov 2013

STRECK, E. V. et al. **Solos do Rio Grande do Sul**. 2 ed. Porto Alegre: EMATER/RS, 2008. 222p.

WERLANG, Á.; TRAININI, M. M. **Planejamento Estratégico de Desenvolvimento da Região Centro-Sul**. São Jerônimo: Ed. Fotografica, 2016. 277 p. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201710/09144206-plano-centro-sul.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.